

## Explicando (com) o neoliberalismo<sup>1</sup>

### Explaining (with) neoliberalism

Jamie Peck  
Departamento de Geografia,  
University of British Columbia

#### Resumo

O artigo assume a forma de uma reflexão sobre o status explanatório do neoliberalismo, antes e depois da crise global de 2008. É importante ressaltar que, antes da crise, as concepções político-econômicas do neoliberalismo como modelo hegemônico e como um regime relativamente robusto de regulação do mercado facilitado pelo Estado eram recebidas com crescente ceticismo por alguns críticos pós-estruturalistas, enquanto alguns etnógrafos consideravam as ferramentas conceituais que as acompanhavam muito brandas para seus objetivos metodológicos. No entanto, se a crise global - longe de demarcar um desfecho infeliz para o regime de regras de mercado - parece ter provocado uma espécie de reforço de sua intensidade e alcance, isso levou a uma reconsideração, em alguns setores, do status explanatório e político do neoliberalismo. Por sua vez, esse processo abriu novos caminhos de diálogo entre os tratamentos estruturais e pós-estruturais do neoliberalismo e entre as abordagens etnográficas e político-econômicas, ao mesmo tempo em que evidenciou uma série de tensões contínuas, tanto epistemológicas quanto ontológicas. O artigo apresenta um pensamento crítico sobre esse tópico emergente.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, economia política, pós-estruturalismo, etnografia

#### Abstract

The paper takes the form of a reflection on the explanatory status of neoliberalism, before and since the global crisis of 2008. Prior to the crisis, political-economic conceptions of neoliberalism as a hegemonic grid and as a relatively robust regime of state-facilitated market rule were being received with growing skepticism by some poststructural critics, while some ethnographers found the accompanying conceptual tools rather too blunt for their methodological purposes. The fact, however, that the global crisis—far from marking an inauspicious end to the regime of market rule—seems to have brought about something like a redoubling of its intensity and reach has prompted a reconsideration, in some quarters, of the explanatory and political status of neoliberalism. This, in turn, has opened up some new avenues of dialog between structural and poststructural treatments of neoliberalism, and between ethnographic and political-economic approaches, while at the same time highlighting a series of continuing tensions, both epistemological and ontological. The paper provides a critical commentary on this emerging terrain.

**Keywords:** Neoliberalism, political economy, post-structuralism, ethnography

<sup>1</sup> Traduzido por Fernanda Pernasetti, do original: Peck, J (2013) Explaining (with) Neoliberalism. *Territory, Politics, Governance*, 1:2, 132-157, DOI: 10.1080/21622671.2013.785365. Copyright © Regional Studies Association, reprinted by permission of Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com> on behalf of © Regional Studies Association.

**Introdução: deflacionando o neoliberalismo?**

O neoliberalismo sempre foi um conceito pouco amado e malicioso, usado principalmente no sentido pejorativo, mas ao mesmo tempo com uma aplicação aparentemente cada vez mais promíscua. Para alguns, ele é a aranha no centro da teia hegemônica que é o domínio do mercado mundial. Para outros, é um conceito inflado, gigantesco e de pouca utilidade ou, pior ainda, um disfarce para afirmações deterministas rudimentares que equivalem a teorias da conspiração ou a um estruturalismo velado. Os críticos pós-estruturalistas, mesmo aqueles que usam o termo, costumam argumentar, com alguma justificativa, que o conceito de neoliberalismo é muitas vezes "inflado" ou "exagerado" (COLLIER, 2012; DEAN, 2012) e que é frequentemente empregado de uma maneira que, em termos explicativos, menos do que convencer, tende a acelerar de circunstâncias específicas (LATOURETTE, 2007). A ocorrência sucessiva do crash de Wall Street, da Grande Recessão e da era da austeridade, dentre muitos outros desdobramentos, lançaram mais uma vez essas fichas explanatórias no ar. Esses eventos, obviamente, não demarcaram o fim do neoliberalismo, como um regime contraditório de regras centradas no mercado, nem tampouco resultaram na aposentadoria desse conceito, a tais contextos associado, ainda emergente, que mal chegou à meia-idade em muitos aspectos. Os anúncios prematuros da morte do neoliberalismo, em meio à crise financeira, provaram ser desejosos e enganosos, embora a alegação cripto-regulacionista de que o neoliberalismo estava passando por uma fase zumbi - oscilando espasmodicamente mais ou menos na mesma direção, perseguindo de forma antissolidária os mesmos alvos, mas em grande parte morto do pescoço para cima, enquanto um programa de liderança intelectual e moral (PECK, 2009) - parece ter mantido certa morbidez como moeda corrente.

Em meio ao crepúsculo político-econômico que vem tomando forma "após" a crise, parece que o neoliberalismo - tanto como fenômeno político-econômico-cultural quanto como conceito explanatório - não desapareceu, mas também já não é o que era antes. O fracasso preocupante, pelo menos até o momento, das "alternativas" pós-neoliberais em obter influência significativa, seja extra-localmente ou no discurso dominante, significa que o neoliberalismo parece ter obtido uma vitória audaciosa (ainda que vazia, ao mesmo tempo). Ele agora ocupa solitariamente um vácuo ideológico, em grande parte criado por ele mesmo. Nessa vida pós-morte, os arqui-defensores da reforma do mercado nos centros globais de poder podem soar um pouco mais circunspectos, já que sua arrogância retórica, sua cantilena

intelectual e sua autoconfiança tecnocrática foram atenuadas, mas, muitos permanecem no posto. Como concluíram CENTENO e COHEN (2012, p. 312), em recente pesquisa sobre o desconcertante arco da regra de mercado, "a crise e a Grande Recessão que se seguiu podem ter abalado a supremacia do neoliberalismo, mas ele permanece incontestado por alternativas sérias e continua a moldar a política pós-2008".

Muitas dessas políticas - que se aproximam da conhecida linha de restrição regulatória, privatização, cortes contínuos de impostos e austeridade do setor público - estão, na verdade, sendo adotadas de forma ainda mais rigorosa quanto antes. Na verdade, o neoliberalismo dobrou a aposta. Essa obstinação inconfundível, por si só, atrai um certo tipo de atenção, mesmo para aqueles que prefeririam simplesmente se livrar do conceito. Mas, na verdade, as explicações sobre o neoliberalismo têm evoluído junto com o seu explanandum mutante. As evidências do que parece ser um ressurgimento ideológico de uma versão bruscamente renovada do neoliberalismo, juntamente com a chegada quase simultânea de histórias intelectuais investigativas que fermentaram as antigas teorias de conspiração com alguns fatos conspiratórios novos (consulte MIROWSKI e PLEHWE, 2009; JONES, 2012), apontam para uma recuperação relutante do conceito. Mais cético do que a maioria, talvez, em relação aos "Don Quixotes esquerdistas que se inclinam para moinhos de vento ideológicos", o passeio perspicaz de Dean pelo horizonte pós-crise chega à conclusão de que o neoliberalismo deve agora ser visto corretamente como "um coletivo de pensamento militante, cujas inovações e ideias foram incorporadas às técnicas de vários regimes nacionais e internacionais de governo nos últimos trinta anos" (2012, p. 69, 86).

No entanto, ainda há certo desconforto quanto ao status explanatório do conceito de neoliberalismo, talvez amplificado por aquilo que, para a maioria dos críticos, é uma continuada relevância essencialmente indesejada. Como refletiu Hall,

O termo 'neoliberalismo' não é satisfatório... Os críticos intelectuais dizem que o termo agrupa coisas demais para merecer uma única identidade; é redutor, sacrificando a atenção às complexidades internas e à especificidade geo-histórica. Eu concordo com essa crítica. Entretanto, acho que há características comuns suficientes para justificar a atribuição de uma identidade conceitual provisória, desde que isso seja entendido como uma primeira aproximação. Até mesmo Marx argumentou que a análise produz compreensão em diferentes níveis de abstração e que o pensamento crítico geralmente começa com uma abstração "caótica", embora depois precisemos acrescentar "outras determinações" para "reproduzir o concreto no pensamento". Eu também argumentaria que é politicamente necessário denominar o neoliberalismo para que a resistência em sua marcha progressiva tenha conteúdo, foco e uma perspectiva inovadora. (2011, p. 706)

O fato de o significado e, em alguns setores, a própria existência do neoliberalismo continuarem a ser debatidos, décadas depois de sua ascensão como um projeto governamental (eufemisticamente estilizado) e, praticamente no mesmo período de tempo após o surgimento tardio do termo como um significante científico social, deve estar nos dizendo algo.

Seria o neoliberalismo, como os relatos mais "inflacionistas" costumam apresentar, um projeto ideológico expansivo e adaptável, constituído em conjunto com as formas predominantes de capitalismo financeirizado, um projeto que enquadra, legitima e necessita de um pacote paradigmático de políticas? (Aqui, o neoliberalismo representa uma codificação das regras predominantes do jogo capitalista globalizante). Ou ele designa apenas uma vertente de uma complexidade difusa de governamentalidades pós-sociais individualizadas, um agenciamento flexível de tecnologias, rotinas e modos de conduta, como as análises mais "deflacionistas" e particularizadas estão mais inclinadas a argumentar? (Aqui, o neoliberalismo é apenas um pulso transformador entre muitos, e não necessariamente o dominante). Ele realmente define a principal rede de poder ideológico do mundo contemporâneo ou sua invocação é uma manifestação de anseio pós-keynesiano, uma invenção consoladora da imaginação estruturalista de esquerda? Essas não são perguntas triviais ou meramente semânticas. Se o neoliberalismo realmente ressurgiu, depois de sua experiência de quase morte com o crash de Wall Street em 2008, e se suas consequências ainda não deram origem a um sucessor "pós-neoliberal" reconhecível, o que deve ser feito do austero submundo que a crise cada vez mais normalizada aparentemente criou? Que concepções (renovadas) advindas do "ismo" <sup>2</sup>neoliberal podem ser colocadas em prática em tais circunstâncias? E de que forma elas podem ser colocadas em prática? Para responder a essas perguntas, o artigo segue quatro etapas. Em primeiro lugar, são examinadas sucintamente algumas das condições do neoliberalismo "ainda realmente existente", nessa vida após a crise. Em seguida, por meio de uma reflexão retro-metodológica sobre a política Thatcherista e seus relatos conflitantes no passado e no presente, são levantadas algumas questões críticas sobre as manobras explicativas totalizantes" (em inglês, *catch-all*), mesmo

---

<sup>2</sup> N/T: Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss, o sufixo 'ismo' é originário do grego -ismós, que seria formador de nome de ação de verbos, e chegou ao português por meio do latim -ismus. Etimologicamente, o sufixo 'ismo' representa um conjunto de ideias, teorias, doutrinas, princípios ou correntes cujos nomes terminam em ismo, especialmente quando são consideradas insensatas ou pouco práticas (o termo é mais usado no plural e com sentido pejorativo).

sob condições da hegemonia neoliberal. Em terceiro lugar, avançando em direção à definição de posições metodológicas mais positivas, esboça-se um argumento para situar os processos de neoliberalização dentro de formações "discrepantes" - que, sugere-se, se assemelham mais às suas condições normais do que excepcionais de existência. A quarta seção avança um pouco mais nesse sentido, propondo que o neoliberalismo, seja ele entendido como hegemônico ou não, deve ser teorizado entre os outros - isto é, entre outros neoliberalismos que não estão apenas em outros lugares e "lá fora", mas também aqui mesmo, lado a lado em formas mistas de regras de mercado, e entre outros neoliberalismos, seus vários concorrentes, possíveis sucessores e alternativas. Esse fato implica repensar o neoliberalismo "de dentro para fora", com repercussões específicas para a realização de estudos urbanos e regionais (críticos), tanto metodológica quanto politicamente (cf. PECK et al., no prelo). Por fim, o artigo é concluído com um comentário acerca do desejo de se superar o neoliberalismo, que pode ser considerado uma condição acadêmica e social nestes tempos crepusculares.

### **Neoliberalismo: morto-vivo**

Segundo algumas estimativas, durou apenas seis meses. Esse foi o tempo da interrupção do serviço ideológico experimentado nos centros de poder globais, quando a quebra de Wall Street em 2008 causou um curto-circuito em alguns dos centros primários do capitalismo financeirizado. Por um tempo, essa falha temporária de energia foi profundamente desorientadora, principalmente para as elites corporativas, financeiras e da mídia cujas ações estavam entre as causas imediatas da sobrecarga. Seguiu-se breve tentativa, nos círculos dominantes, de racionalidades, artimanhas e remédios alternativos, já que até mesmo Keynes foi exumado, se não totalmente reabilitado, como justificativa para mais uma vez salvar o capitalismo dos capitalistas (ver PECK et al., 2010; BLYTH, 2013). O "sistema" foi devidamente salvo, quase que inteiramente às custas de recursos públicos e com quase nenhuma restrição, e não demorou muito para que os negócios fossem (re)conduzidos quase como de costume nos epicentros da crise em Washington, Nova York e Londres. O momento de queda livre ideológica, que havia começado no outono de 2008, rapidamente se transformou em uma crise normalizada, administrada nos termos pouco reformulados de um reassentamento neoliberal. Como observou mais tarde LARRY ELLIOT (2011, p. 22), do Guardian, por ocasião da reunião da cúpula do G20 em Londres,

em abril de 2009, o “flerte com o pensamento alternativo “estava encerrado”, tendo as elites globais “retornado à mentalidade pré-crise com notável rapidez” A despeito do fato de que (até mesmo) as avaliações internas não apenas revelariam, mas efetivamente confessariam, níveis debilitantes do "pensamento de grupo" e de "captura intelectual" nas agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (consulte IEO-IMF, 2011), muito pouco havia mudado.

O que poderia ser rotulado de forma incauta como "o sistema" foi descaradamente reiniciado com mais ou menos o mesmo software ideológico e gerencial, com a maioria dos defeitos que causaram o colapso em primeiro lugar. E, mesmo em meio à improvável reencarnação do neoliberalismo, havia sinais sinistros de que suas mutações pós-crise poderiam ser ainda mais antisolidárias do que suas predecessoras, impondo o domínio dos mercados de forma mais intensamente disciplinadora e substituindo a política de consentimento e compromisso por estratégias ainda mais coercitivas e autoritárias. Um novo normal estava tomando forma, à medida em que os custos da reestruturação e da insegurança recaíam (mais uma vez) sobre os pobres e os vulneráveis, à medida em que os programas de austeridade, os cortes de direitos e as reformas radicais do setor público eram mais uma vez elevados ao status de imperativos inegociáveis. Desde então, as palavras de ordem nas economias ocidentais no centro da crise têm sido restauração do crescimento, redução do déficit e restrição orçamentária, mas as condições macroeconômicas permaneceram perigosamente vagarosas em ambos os lados do Atlântico.

Aparentemente passado o período de "estímulo" induzido pelo pânico, tanto a Europa quanto os EUA têm recorrido ao ajuste estrutural administrado internamente em meio às evidências crescentes de que isso está apenas perpetuando as condições anêmicas e vacilantes da "recuperação". Nos EUA, os debates orçamentários em Washington estão cada vez mais ressoando como o Fim dos Tempos, em um impasse entre o niilismo anti-impostos, de um lado, e a barganha de concessões do outro, enquanto a responsabilidade fiscal é "devolvida" de maneira descendente para cidades e estados (PECK, 2012). Pairando à beira de uma crise monetária, a Europa vem impondo medidas de austeridade de longo prazo às economias atrasadas do Mediterrâneo, ao mesmo tempo em que aperta as torneiras dos gastos públicos em quase todos os outros lugares. Nesse processo, a crise financeira parece estar "transformando a União Europeia da noite para o dia", como KALB (2012, p. 318)

causticamente afirmou autodeclarada: "de uma alternativa cívica ao capitalismo ao estilo dos EUA, em uma agência transnacional de cobrança de dívidas".

A oposição pública e generalizada às medidas de austeridade pós-crise e aos cortes nos programas sociais levou centenas de milhares de pessoas às ruas das cidades europeias, talvez com destaque para os protestos dos indignados na Espanha. A resposta das bases nos EUA, inicialmente, não poderia ter sido tão diferente, pois os fundamentalistas fiscais do movimento Tea Party se uniram à nobre causa dos cortes de impostos e da desregulamentação, exigindo ainda menos governo, e não mais. No entanto, o ressurgimento eleitoral posterior do Partido Republicano<sup>3</sup>, juntamente com a timidez e a paralisia que dominaram o primeiro mandato do governo Obama, prontamente gerariam oscilações e contra movimentos próprios. Os republicanos dos EUA parecem ter exagerado na dose, sofrendo uma derrota humilhante nas eleições presidenciais de 2012, enquanto mantinham o controle beligerante do Congresso e estavam presos entre os espíritos indisciplinados da bancada do Tea Party e a aritmética implacável de um processo legislativo praticamente paralisado. Os democratas, por outro lado, têm a vitória vazia de uma (estreita) vantagem eleitoral na ausência de um programa de governo. Enquanto isso, o movimento Occupy, orgulhosamente sem líderes, canalizou a discordância para formas sistêmicas de desigualdade socioeconômica e para o comportamento predatório das elites financeiras, corporativas e governantes, ajudando a estimular um diálogo público tardio, mas ainda inconclusivo, em torno de uma ampla gama de alternativas. (Os próximos passos, no entanto, ainda não estão claros). Dezenas de milhares de pessoas marcharam contra os cortes no setor público e a destruição de sindicatos em Wisconsin. As revoluções incompletas no mundo árabe podem ser mais ou menos consideradas precursoras distantes dessas mobilizações sociais, embora seja evidente que suas consequências políticas não são diretamente complementares ou previsíveis. Algo semelhante pode ser dito sobre as atuais revoltas diárias contra desapropriações e a exploração em toda a China. Talvez, elas realmente representem um "fragmentado levante global em massa" (KALB, 2012, p. 318), mas, visto

---

<sup>3</sup> Nas eleições de meio de mandato de 2010, os democratas perderam 63 cadeiras no Congresso e 6 no Senado dos EUA; os republicanos também ganharam 6 governadores e cerca de 680 cadeiras nos legislativos estaduais, garantindo a posição mais forte do partido em nível estadual desde 1928

como um movimento potencialmente antissistêmico, o todo ainda não excedeu a soma das partes. Como Davis refletiu sobre a turbulenta política de protestos de 2011:

Como os destinos das journées révolutionnaires anteriores nos advertem, a primavera é a mais curta das estações, especialmente quando os communards<sup>4</sup> lutam em nome de um "mundo diferente" para o qual não têm um projeto real ou mesmo uma imagem idealizada [...] Mas talvez isso venha mais tarde. No momento, a sobrevivência dos novos movimentos sociais - os ocupantes, os indignados, os pequenos partidos anticapitalistas europeus e a nova esquerda árabe - exige que eles criem raízes mais profundas na resistência das massas à catástrofe econômica global, o que, por sua vez, pressupõe - sejamos honestos - que a atual disposição para a "horizontalidade" possa, com o tempo, acomodar uma "verticalidade" disciplinada o suficiente para debater e implementar estratégias de organização. É um caminho assustadoramente longo apenas para alcançar os pontos de partida das tentativas anteriores de construir um novo mundo. Mas uma nova geração, pelo menos, iniciou corajosamente a jornada. (2011, p. 5)

Enquanto isso, as alavancas do poder permaneceram, praticamente, nas mesmas mãos; inclusive, em alguns aspectos, o aperto pode ser ainda maior. Em termos de distribuição, os reformadores neoliberais prevaleceram em grande parte nos estágios iniciais de seus planos recém-concebidos de redução do Estado Social e austeridade forçada. E o que é austeridade, pergunta BLYTH (2013), se não um programa de redistribuição regressiva em grande escala? Grande parte da oposição é entendida como defensiva - mais uma política de protesto do que um contra paradigma em formação -, que pode ser bem focada em sua oposição crítica ao neoliberalismo, mas permanece difusa e incipiente quando se trata de alternativas. Além disso, não há consolo nos enormes desequilíbrios da economia global, onde os esforços desesperados para manter o crescimento liderado pelas exportações das economias do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) continuam precariamente dependentes do endividamento e do esvaziamento produtivo de seus mercados finais ao redor do mundo, e onde os problemas endêmicos de insustentabilidade social e ecológica permanecem amplamente não abordados. Enquanto isso, as "liberdades" neoliberais tardias conferidas às corporações e aos especuladores financeiros continuam a ser ativamente defendidas como o único meio legítimo (ou prático) de restauração do crescimento pelos governos nacionais em Washington, Londres e outros lugares. Em nome dos mercados, a monopolização corporativa continua a se aprofundar...

---

<sup>4</sup> N/T: *Communard* é uma palavra francesa atribuída a aqueles/aquelas que ousaram rebelar-se contra a opressão, a dominação de classes, as duras condições de sobrevivência impostas à maioria da população e à entrega da França às tropas prussianas, vencedoras da guerra franco-prussiana.

Essas condições altamente assimétricas, de rearranjo hegemônico de um lado e resistência incipiente de outro, parecem afirmar amplamente as primeiras leituras das consequências iniciais da quebra de Wall Street e da Grande Recessão, de que essa conjuntura não foi imediatamente propícia para a mudança de regime ideológico - apesar de toda a culpa evidente dos banqueiros e dos (des)reguladores. Em vez de uma iminente guinada pós-neoliberal para a esquerda e para um renovado estatismo social, a crise parecia destinada a fazer o jogo dos interesses corporativos, financeiros e políticos estabelecidos, preparando o terreno para uma série de respostas reacionárias e reformulações em sua forma de apresentação (consulte BOND, 2009; PECK et al., 2010). As leituras subsequentes podem ter sido um pouco mais circunspectas, embora o otimismo do intelecto progressista permanecesse nitidamente moderado. Quando Colin CROUCH (2011, p. 179) retoricamente questiona "o que resta do neoliberalismo após a crise financeira", a resposta sóbria que ele dá é "praticamente tudo". Embora o modelo neoliberal tenha sido inegavelmente manchado, a estrutura social na qual esse programa se baseou, afirma Crouch, ainda está em grande parte intacta (o que contrasta, de forma marcante, com as crises amplamente simultâneas do keynesianismo, uma geração atrás, como projeto ideológico de governo, como modo dominante de ciência econômica e como contrato social institucionalizado). A conclusão mundana de Crouch, a partir de um ponto de vista amplamente transatlântico, é que o escopo realista da política (moderadamente) progressista dificilmente excede a meta de restringir os excessos mais flagrantes do nexo neoliberal arraigado de poder corporativo, financeiro e de mercado. Um reinício de terceira via é, realisticamente, o que está sendo oferecido aqui.

Alternativamente (em sentido literal, pode-se dizer), a visão de Emir Sader da América Latina, embora não menos mundana à sua própria maneira, vê o potencial de abrir gradualmente uma série de caminhos pragmaticamente pós-neoliberais, onde estes podem ser construídos sobre as bases de assentamentos sociais "transitórios", como os que têm se desenvolvido no Brasil. Para SADER (2011, p. 104), "compreender a realidade da paisagem política existente" significa concentrar-se estrategicamente em "onde a direita está localizada e os perigos que ela representa", em vez de "confundir um aliado moderado e contraditório [como o Partido dos Trabalhadores do Brasil] com o verdadeiro inimigo". Da mesma forma, ele sustenta que o desafio para uma esquerda renovada e ampla é buscar lutas que sejam "antineoliberais no sentido de combater todas as formas de submissão ao mercado [mas também] pós-neoliberais ao [promover] alternativas centradas na esfera pública"; e que

sejam estrategicamente direcionadas a uma "refundação do Estado" (SADER, 2011, pp. 105, 132). Recuperar o Estado, no entanto, continua sendo uma estratégia controversa em muitos círculos de esquerda, onde mais energia parece estar concentrada em esforços de base e "horizontalistas", geralmente fora (e antagônicos) das estruturas formais (ver WAINWRIGHT, 2003; HARVEY, 2012).

Se as afirmações sobre a lógica nefasta do neoliberalismo após a crise soam familiares, é preciso reconhecer que o diálogo acerca de alternativas também parece estar atolado nas mesmas armadilhas. Mais do que devaneios pós-neoliberais, deve-se confrontar o fato de que projetos alternativos (reformistas ou radicais, pragmáticos ou utópicos) precisam ganhar força no terreno inóspito do tempo presente, de uma forma ou de outra. No entanto, em termos mais prosaicos, eles também devem confrontar - com o que à distância parece ser uma correção de Wall Street, em vez de uma ruptura ideológica séria - a possibilidade de que o neoliberalismo não tenha efetivamente chegado ao fim, desaparecendo em um buraco negro apocalíptico construído por ele mesmo. O retorno abrupto do neoliberalismo daquilo que foi amplamente interpretado, pelo menos por um tempo, como um evento terminal - uma crise financeira pública, que atingiu o sistema nervoso central - representa uma lição preocupante sobre a persistência obstinada das regras do mercado e sobre os desafios em realizar vários tipos de mudanças progressivas. Talvez as preferências das políticas neoliberais estejam agora profundamente enraizadas nos circuitos dominantes do poder corporativo, financeiro e político? Talvez, a gama de alternativas progressistas esteja destinada a permanecer, pelo menos no curto e médio prazo, muito dispersa e isolada, representada por forças sociais com pouca influência política, capacidade estratégica e recursos institucionais? Perguntas recorrentes como essas, é preciso dizer, estão encontrando poucas respostas convincentes.

Enquanto isso, as condições desfavoráveis estão sendo interpretadas por muitos como um retrocesso em direção a um futuro neoliberal diferente. Em países como os EUA e o Reino Unido, onde alguns podem ter pensado que já tinham visto o pior dos excessos do neoliberalismo, os ataques ao estado social estão sendo realizados com fervor renovado. O Partido Republicano dos EUA, que se moveu acentuadamente para a direita neoliberal durante os anos Reagan, continuou a se precipitar nessa direção, primeiro por meio do realinhamento de Gingrich na década de 1990 e, depois, ainda mais influenciado pelo eixo formado pelo Tea Party/Fox News/Grover Norquist. O presidente Obama pode ter

provocado risos, na Convenção Democrata, ao satirizar o fundamentalismo anti-tributário dos republicanos, mas a própria timidez triangulada dos democratas nessas questões - em termos de ação, e não apenas em palavras - também podem ter provocado alguns sorrisos de satisfação do outro lado:

Nossos amigos na convenção republicana ficaram mais do que felizes em falar sobre tudo o que eles acham que está errado nos Estados Unidos, mas não tinham muito a dizer sobre como corrigiriam a situação. Tudo o que eles têm a oferecer é a mesma receita utilizada nos últimos trinta anos:

Tem um superávit? Tente um corte de impostos.

O déficit está muito alto? Tente outro. (RISOS)

Sente que está pegando um resfriado? Faça duas reduções de impostos, reverta algumas regulamentações e ligue para nós pela manhã<sup>5</sup> (APLAUSOS)

Na Grã-Bretanha, onde até mesmo os acréscimos de terceira via do neoliberalismo Blairista estão sendo revertidos, as fontes desse humor mordaz podem estar se esgotando. Como JOHN HARRIS (2011, p. 29), um comentarista do Guardian, perguntou com desânimo: "Se você tem idade suficiente para se lembrar dos anos Thatcher, talvez tenha uma resposta para essa pergunta, mas ainda vale a pena fazê-la: será que milhares de nós da esquerda já se sentiram assim, tão desanimados?"

## O que Thatcher fez

"Eu culpo Thatcher" foi uma resposta quase instintiva da esquerda britânica na década de 1980, e desde então tornou-se um clichê. Além de sua função como slogan mobilizador, a frase também desempenhava um papel explicativo, de certa forma. Evidentemente, ela apontava sem ambiguidade para uma causa principal, personalizando-a e politizando-a ao mesmo tempo. Implicitamente, sugeria um remédio para vários males que (pelo menos em princípio) era simples: remova Thatcher e então... Qualquer que fosse a explicação deprimente (a desindustrialização do norte da Grã-Bretanha, o fracasso da

---

<sup>5</sup> Barack Obama; discurso de Obama na Convenção Nacional Democrata. Washington Post, 6 de setembro, acessado em [http://www.washingtonpost.com/politics/dnc-2012-obamas-speech-to-the-democratic-national-convention-full-transcript/2012/09/06/ed78167c-f87b-11e1-a073-78d05495927c\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/politics/dnc-2012-obamas-speech-to-the-democratic-national-convention-full-transcript/2012/09/06/ed78167c-f87b-11e1-a073-78d05495927c_story.html).

administração nos serviços públicos, o colapso social das comunidades do centro da cidade ou a falta de dinheiro no sudeste da Inglaterra), "'Eu culpo Thatcher' poderia servir como uma explicação universalmente aplicável e concisa. No entanto, por ora, deixando de lado a questão do posicionamento do Thatcherismo na história longa e geograficamente marcada da neoliberalização transnacional, seu significado e importância como fenômeno político-econômico e cultural dividiram até mesmo os analistas mais astutos de seu tempo (JESSOP et al., 1988; HALL e JACQUES, 1989; SKIDELSKY, 1989). Stuart Hall e Bob Jessop concordam que o neoliberalismo Thatcherista tem sido a força dominante, se não definidora, da política britânica desde a década de 1970, embora discordem sobre a extensão de sua hegemonia cultural (Hall caracteriza o Thatcherismo como "épico", dado que o fenômeno estabeleceu uma nova cena política; Jessop insiste que o neoliberalismo britânico tem sido mais instável e menos consensual), e continuam a divergir quanto ao papel das limitações históricas e externas sobre a viabilidade efetiva de suas estratégias de governo, que Jessop enfatiza e Hall minimiza (HALL, 2003; JESSOP, 2004). Eles também divergem quanto à questão de saber se o projeto do New Labour de Blair e Brown representou um híbrido assimétrico de neoliberalismo e social-democracia, uma forma atenuada do neoliberalismo "completo" de Thatcher (HALL, 2003), ou uma contraditória consolidação de estratégias neoliberais de acumulação e de "'flancos' socioinstitucionais" compensatórios, assegurados em conjunto com uma ressurreição deformada do socialismo cristão (JESSOP, 2004). Até hoje, a atuação de Thatcher ainda é contestada.

Todavia, ao que parece nem ela e nem seus sucessores estavam agindo sozinhos. A neoliberalização, mesmo quando dominante, não assegura o monopólio. Como um projeto explícito, ela existe em meio aos outros, geralmente de forma antagônica. Assim, Thatcher forjou uma estratégia de governo em meio às falhas do neoliberalismo, do tradicional conservadorismo britânico e do antieuropeísmo dos Little-Englander<sup>6</sup> [pequenos ingleses]; Blair reformulou a interface entre um acordo neoliberal herdado e a social-democracia ou o socialismo cristão (como quiser), enquanto se separava do movimento trabalhista; e a coalizão de Cameron desde 2010 pode ser vista como um coquetel volátil de Blairismo e Thatcherismo, reformulado no contexto de uma liderança fraca e de tempos ainda

---

<sup>6</sup> N/T: Desde a década de 2010, especialmente após o referendo do Brexit de 2016; o termo tornou-se uma forma pejorativa para designar o cidadão inglês que desconfia da União Europeia, da cooperação internacional e dos estrangeiros em geral.

financeirizados. Enquanto isso, as instituições do bem-estar social britânico (e seus aliados) não desapareceram por completo, mesmo que tenham sido implacavelmente corroídas e reestruturadas por mais de três décadas. Evidentemente, o neoliberalismo representa mais do que uma presença marcante aqui, pois as formas que assume continuam mudando e ele nunca é o único ocupante do palco político.

Por conseguinte, embora isso possa ser analiticamente inconveniente, o neoliberalismo só pode ser encontrado em meio a outros fenômenos, num estado de coexistência desordenada. Do mesmo modo, quando se grita: "Foi o neoliberalismo", não se deve considerá-lo como "causa primeira" (TICKELL e PECK, 2003, p. 179; FERGUSON, 2010, p. 171), uma vez que ele sempre será encontrado entre outras causas, para não dizer outros culpados, uma vez que tanto sua forma quanto suas consequências só podem ser reveladas por meio de conjunturas específicas. A "globalização" muitas vezes desempenha esse papel questionável como causa primeira ou primária em análises mais ortodoxas (cf. PIVEN, 1995, sobre "globaloney"); não há desculpa para propagar formas paralelas de "neoliberaloney", como uma espécie de mega causa determinante, atribuída diretamente. Estabelecer a causalidade exige a consideração específica de casos, conjunturas e contextos, não apenas em situações em que o neoliberalismo é entendido como incipiente ou subordinado, como em algumas análises sobre a China contemporânea (cf. NONONI, 2008; CHU e SO, 2010), mas também em situações onde é considerado dominante, normalizado ou ocupa a posição de liderança (cf. GAMBLE, 1988; HALL, 2011). A evocação do "hibridismo" nesse contexto é mais do que um tique pós-estruturalista, mas um indicador das formas inescapavelmente impuras nas quais as tendências neoliberalizantes são encontradas.

Como a neoliberalização é sempre um processo incompleto (um projeto frustrado, porém explícito), essas circunstâncias de coabitação contraditória representam a regra, e não a exceção. O desenvolvimento espacial desigual crônico, o polimorfismo institucional e um cenário repleto de falhas políticas, resistências opositoras e formas hesitantes de desregulamentação são, conseqüentemente, parte do percurso tortuoso do neoliberalismo; a neoliberalização incompleta ou parcial não é uma paragem no caminho para uma conclusão, e é um erro categórico avaliar o neoliberalismo com base no critério da regra absoluta do mercado (BRENNER et al., 2010). Por consequência, cidades, regiões ou países não devem ser classificados em termos equivocados de "graus" de neoliberalização,

como se estivessem alinhados em uma escada rolante histórica (descendente?) de neoliberalismo "completo". O neoliberalismo pode estar presente nesta ou naquela formação regional. Pode até ser quase onipresente. Mas ele só consegue estar presente em formas conjunturalmente híbridas. Estatisticamente, pode haver uma boa chance de que "o neoliberalismo tenha feito isso", onde esse modo historicamente específico de regra de mercado seja hegemônico ou dominante, mas as circunstâncias contextuais de tais atos são mais do que um cenário de fundo, já que o neoliberalismo nunca age ou é encontrado sozinho. Até mesmo as hegemonias, como nos lembra Stuart Hall, são incompletas e contraditórias.

O neoliberalismo é hegemônico? Hegemonia é um conceito complicado e provoca pensamentos confusos. Nenhum projeto alcança uma posição de "hegemonia" permanente. É um processo, não um estado de fato. Nenhuma vitória é definitiva. A hegemonia precisa ser constantemente "trabalhada", mantida, renovada e revisada. As forças sociais excluídas, cujo consentimento não foi conquistado, cujos interesses não foram levados em conta, formam a base dos contramovimentos, da resistência, das estratégias e visões alternativas... e a luta contra um sistema hegemônico começa novamente. Eles constituem o que Raymond Williams chamou de "o emergente" - e a razão pela qual a história nunca está fechada, mas mantém um horizonte aberto para o futuro... O neoliberalismo está em crise. Mas ele continua avançando. Em termos de ambição, profundidade, grau de ruptura com o passado, variedade de locais a serem colonizados, impacto sobre o senso comum e o comportamento cotidiano, reestruturação da arquitetura social, o neoliberalismo constitui um projeto hegemônico. (HALL, 2011, pp. 727-728)

Neste aspecto, a maneira pela qual o neoliberalismo continuou "avançando", pelo menos até agora, nunca havia sido prevista. E nas análises em tempo real sobre a reestruturação urbana e regional, um contexto (analítico) no qual o "neoliberalismo" é agora regularmente invocado - com frequência demais, para alguns - se determinados eventos, ações ou movimentos estão conectados à reprodução contraditória da hegemonia neoliberal e como isso ocorre, deve ser sempre uma questão empírica e política. Estabelecer conexões diretas com um neoliberalismo global singular representa mais do que atalhos analíticos<sup>7</sup>, nesse contexto; eles também deturpam a natureza construída e contraditória da neoliberalização como um processo transformador.

Mesmo os céticos quanto à alegação de que o neoliberalismo representa um "senso comum" globalmente hegemônico (cf. HARVEY, 2005) podem, talvez, aceitar a

<sup>7</sup> Há muito tempo, essas também são observações básicas em relatos de economia política sobre o neoliberalismo, embora isso muitas vezes se perca na tradução crítica.

proposição de que um "fio condutor" (HALL, 2003, p. 22) é identificável há algum tempo, em toda uma série de (trans)formações político-econômicas, sociais e culturais. Isso incluiria os realinhamentos ideológicos/institucionais, de certa forma cumulativos, do tipo Thatcher-Blair-Cameron, Reagan-Clinton-Bush-Obama ou Deng-Jiang-Hu, nos quais as estratégias de cada sucessor tanto tomam emprestado quanto reagem seletivamente em relação a seus predecessores; mas também se estenderia à interpenetração relacional de lógicas e rotinas de governo, em locais e territórios, por meios de ajuste estrutural, do isomorfismo normativo e da disciplina competitiva, em todo o espaço transnacional. Seja em leituras altamente qualificadas sobre o neoliberalismo como exceção contextualizada, seja por meio de noções mais ousadas de neoliberalização como processo comum, alguns desses vínculos e formações cruzadas são amplamente reconhecidos. No entanto, do ponto de vista analítico, as etapas subsequentes podem ser bastante controversas.

É quase como se houvesse uma bifurcação na estrada, que separa aqueles que adotam um caminho político-econômico ou macroinstitucionalista daqueles que buscam abordagens mais particularizadas, muitas vezes em uma linha pós-estruturalista e/ou etnográfica (sendo as últimas caminhos diferentes para o reconhecimento, geralmente mais provisório, das influências ou inflexões neoliberais em ambientes específicos ou localizados). A primeira tende a enfatizar as disciplinas extralocais e as forças (sempre) "externas", expressas por meio de relações de poder estruturalmente desiguais; a segunda tende a encontrar o neoliberalismo, se de fato, como apenas um dos muitos impulsos, em formas mais frágeis e temporárias, em situações "localizadas" observadas de perto. Para os primeiros, o neoliberalismo possui uma qualidade estrutural, de ser mais do que a soma de suas partes, mesmo quando se dá a devida atenção à "diversidade dos neoliberalismos 'realmente existentes', e porquê e como o sistema difuso de poder que lhes confere certa unidade conseguiu se implantar com tanto sucesso em uma gama tão ampla de circunstâncias tanto no [através do] neoliberalismo quanto em seus contra-movimentos" (GLEDHILL, 2004, p. 336; veja também BRENNER e THEODORE, 2002; SAAD-FILHO e JOHNSTON, 2005). Para este último, as questões pertinentes são definidas de forma mais reflexiva, muitas vezes de forma autoconsciente, contra os "paradigmas que imaginam o neoliberalismo como força coerente e unitária ou o tratam como um monólito agindo sobre o mundo, e o projeto de identificar as vertentes unificadoras do 'ismo' neoliberal em contextos díspares", e em favor de abordagens de busca de diferenças que coloquem em

primeiro plano o "caráter de contingência, contradição e instabilidade dos processos neoliberais, examinando contextos históricos e geográficos por meio de estudos fundamentados em lugares, pessoas e instituições concretas" (TRETJAK e ABRELL, 2011, p. 29; veja também ONG, 2006; KINGFISHER e MASKOVSKY, 2008a).

Há boas razões para levar a sério essas injunções pós-estruturalistas, assim como (por razões diferentes, mas em alguns casos sobrepostas) há um papel indispensável para investigações em vários registros etnográficos. Apesar de mais de uma década de esforços para desenvolver diálogos construtivos entre essas abordagens mais ricas em contexto, centradas no agente e na descoberta de diferenças, por um lado, e as abordagens político-econômicas ou macroinstitucionais, por outro (ver LARNER, 2003; PECK, 2004), e apesar de algumas tentativas recentes de repensar os termos e a terminologia de tais compromissos (ver BRENNER et al., 2010; DEAN, 2012; FAIRBANKS, 2012), por várias razões essa cisão tem sido um tema recorrente. Alguns preferem se afastar do que tem se caracterizado como "[a] "ciência normal" para a geografia econômica - estudos neoliberais sobre isso e aquilo" (GIBSON-GRAHAM, 2008, p. 620); outros observaram que uma posição centrada no neoliberalismo pode inadvertidamente reproduzir um olhar analítico e político restrito (LEITNER et al., 2007a). No entanto, por várias razões, existe agora um catálogo bastante amplo de estudos neoliberais sobre isso e aquilo, de caráter vagamente programático, que, por sua vez, estão conectados a vários entendimentos teóricos do neoliberalismo e da neoliberalização, que também (e ainda) estão evoluindo.

Se houver uma falha analítica aqui, ela será exposta às custas de uma apreciação dos pontos em comum e das conexões entre os neoliberalismos ("locais"); caso sejam posicionados em uma distância irônica da constituição ideacional e ideológica, mais do que o local do neoliberalismo como formação hegemônica; ou caso sejam desconectados das redes normativas, das estruturas políticas e das relações de poder que recorrentemente asseguram os parâmetros (ou limites) da ação local ou nacional. Afinal de contas, há pouca divergência entre os analistas críticos quanto ao fato de que o neoliberalismo continua sendo uma "totalização frustrada" (KINGFISHER e MASKOVSKY, 2008b, p. 118) e que os caprichos da política neoliberal se afastam de forma rotineira e irregular da visão imaculada da ideologia neoliberal (FERGUSON, 2010, p. 171).<sup>3</sup> De fato, KINGFISHER e MASKOVSKY (2008a, p. 119) de forma construtiva, caracterizam sua abordagem não como antítese, mas como o "lado oposto" do projeto declarado por GLEDHILL (2004) de traçar

conexões e pontos em comum entre diferentes formações culturais, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre essas tradições analíticas, e não apenas tensioná-las (veja também FAIRBANKS, 2012). Entretanto, é possível se transformar em uma prática mais ambivalente ao invocar o neoliberalismo efetivamente como um contraponto, à distância e entre aspas, em que leituras peculiaristas e excepcionalistas do neoliberalismo com "n" minúsculo são estabelecidas como fracas formulações eventuais de um outro subespecificado, em um campo de diferenças não padronizadas, contra a (má) concepção de uma "condição global uniforme do 'neoliberalismo' em geral" (ONG, 2006, p. 14, 2007), às vezes concretizada como capitalismo americano.

A vantagem comparativa dos métodos de foco aproximado, de experiência próxima e de 'voos de baixa altitude' é sua facilidade para encontrar e situar o neoliberalismo em formas híbridas e enlameadas, em maneiras confusas e frequentemente frustradas de percepção parcial ou distorcida. Eles trazem o neoliberalismo para a terra, de todas as formas, literal e metaforicamente (ver COLLIER, 2011; FAIR BANKS, 2012). Aqui, pulsos e traços de tendências neoliberalizantes são profundamente contextualizados, muitas vezes em formações "locais" bastante idiossincráticas. Por outro lado, esses relatos geralmente têm menos a dizer sobre o contexto (mais macro e translocal) desse contexto (mais imediato e geralmente local). Elas não são capazes de abordar prontamente (e, às vezes, de fato se esquivam) as questões relacionadas ao padrão espacial e à evolução histórica das estratégias e das frentes neoliberais em todos esses casos e contextos; embora elas discordem quanto ao fato desse trabalho macroanalítico ser um exercício diferente, mas complementar, ou uma preocupante "ressaca" estruturalista. Concedendo parcialmente a esse ponto, COLLIER contra-argumenta, de forma bastante razoável, ao "dizer que as abordagens [pós-estruturalistas] não conseguem captar o "contexto do contexto" (...) ou as "regras macroespaciais" que estruturam os processos de neoliberalização" trata-se apenas de um argumento contrário a isso, em um sentido bastante tautológico, uma vez que reafirma "o fato de que uma abordagem não estrutural é uma abordagem não estrutural" (2012, p. 189; cf. BRENNER et al., 2010). Mas se as supostas ilhas de prática neoliberal híbrida existem, pelo menos em parte, em mútua relação entre si, e se a reprodução do neoliberalismo enquanto regime ocorre mais do que localmente, por meio de regras, disciplinas e incentivos, pelo menos em parte, por meio de circuitos, domínios e lógicas "externos" (como pressão competitiva, modelagem de políticas prescritivas e restrições fiscais), logo, uma abordagem

não estrutural, apesar de todas as suas outras virtudes, estará perdendo algo se for antiestrutural, seja por intenção ou omissão.

Sob esse aspecto, ao mesmo tempo em que há muito a ganhar com investigações profundamente contextualizadas e metodologicamente céticas que se propõem a colocar o neoliberalismo em seu devido lugar (entre outras forças, formações, dinâmicas e tendências), há muito a perder se essas análises rejeitarem reflexivamente formulações mais abstratas e/ou macro. Não é suficiente estereotipar as análises das formas estruturais e recorrentes dos processos de neoliberalização - suas qualidades “mais do que a soma das partes” e “mais do que locais” - como nada mais do que outra invocação do Big Picture <sup>8</sup>(à la LATOUR, 2007, p. 187), acompanhada de perguntas deliberadamente niveladoras: "em que sala de cinema, em que galeria de arte [essa imagem] é exibida? Por qual ótica ela é projetada? Problematizar as questões de como as neoliberalizações locais se articulam umas com as outras, de como as semelhanças familiares conectam as formações híbridas, de como as abstrações de nível médio e superior podem ser geradas e questionadas e de como os padrões macro emergem em vários casos e conjunturas não é meramente uma questão de "encenar a totalidade", como diz Latour, ou de posicionar preventivamente cada "neoliberalismo local" em uma caixa preconcebida, submetida a uma narrativa mestre imutável. Em vez disso, trata-se de confrontar a questão de como, na prática, as hegemonias do mercado estão sendo continuamente refeitas por meio do desenvolvimento espacial desigual (e não em vez dele) e de reconhecer as maneiras pelas quais todas essas formações locais são constituídas conjuntamente, não apenas com outras distantes, mas também com redes formativas (por exemplo, de especialização tecnocrática e normas políticas) em relações de escala diferentes (por exemplo, de natureza fiscal ou geopolítica). Metodologicamente, é inútil ser "voluntariamente cego" (LATOUR, 2007, p. 190) para essas racionalidades cumulativas e multilocais e para o exterior constitutivo dos processos de neoliberalização, ou encará-las como meras fantasias do *Big Picture*.

Assim como nunca é adequado caracterizar o neoliberalismo apenas em referência à sua fantasiosa autorrepresentação, também é enganoso posicionar supostos desvios e exceções apenas em relação a uma norma imaginária e dominadora (do

---

<sup>8</sup> N/T: Expressão em inglês que significa “perspectiva geral” ou “visão do todo”. Também pode significar a capacidade de enxergar de forma ampla o funcionamento de um projeto ou uma organização, ver a 'imagem completa' e não apenas uma determinada área ou um único aspecto.

neoliberalismo como Hegemonia Global rígida e imposta mecanicamente), cuja própria existência é efetivamente negada. O receio parece ser o de que a capitalização incauta do fenômeno possa provocar um surto de um estruturalismo furtivo, varrendo tudo e todos em seu domínio onipotente, de modo que a proteção é buscada no envoltório metodológico da hipercontingência. Nesse processo, os tratamentos autoconscientes do neoliberalismo com n minúsculo, tendem a transformar os objetos locais de análise em órfãos conceituais e políticos, separados de todos os seus "parentes".) Contra essas manobras, que têm mais probabilidade de ofuscar o significado e as consequências do neoliberalismo do que de posicioná-lo efetivamente em relação às variantes e alternativas realmente existentes, as interpretações da neoliberalização baseadas no processo buscam especificar o padrão de contingências entre os casos, sem expectativa de monopólio regulatório iminente ou convergência socioinstitucional incipiente, assim como problematizam o próprio desenvolvimento desigual como uma característica (definidora) desse processo, não como mero efeito colateral da liberalização "bloqueada". No entanto, essas abordagens não presumem que o neoliberalismo exista exclusivamente em ambientes "externos", quase globais, como se fosse um trunfo neoestruturalista sorrateiro. Em vez disso, eles propõem, como desafio metodológico central, a questão de conectar empiricamente e relacionar dialeticamente as condições, os projetos, as lutas e as alternativas "internas" com os regimes de controle "externos", as pressões disciplinares, as restrições competitivas e assim por diante. Em vez de flutuar em alto-mar como uma superestrutura isolada, mas totalmente determinante, o 'ismo' neoliberal externo é considerado como constituído conjuntamente por todas as várias heranças, mesmo que esse fenômeno 'mais do que local' possa ser demonstrado como sendo desproporcionalmente animado por certos centros de cálculo e por locais de poder conjuntural. Um aspecto adicional desse compromisso dialético, de sempre posicionar o local, é um ceticismo permanente em relação às tentativas de separar ou de colocar em parênteses - por qualquer motivo - o "aqui dentro" do "lá fora". Como paradigma de reestruturação e projeto ideológico frontal com alcance global, o neoliberalismo não pode ser separado dos domínios extralocais que contribuem para sua reprodução, nem é aconselhável sugerir que a neoliberalização seja natural e normal em alguns lugares, mas uma presença estranha ou anômala em outros. O neoliberalismo pode ser encontrado, como demonstram as evidências empíricas quase esmagadoras, em todos os tipos de formas e formações, mas nunca pode ser encontrado em um estado puro, implementado em uma

tábula rasa ou em uma lousa social em branco, de uma forma totalmente desobstruída ou não mediada. E não existe um tipo ideal ou modelo institucional em relação ao qual os híbridos possam ser avaliados de forma singular. A problemática da neoliberalização variegada (BRENNER et al., 2010; PECK et al., no futuro) - ainda que dificilmente seja um atestado de vida metodológica fácil - implica análise relacional de híbridos entre outros híbridos. Mais parecido com um parasita ideológico, o neoliberalismo ocupa e extrai energia de seus vários organismos hospedeiros - corpos políticos que variam de estados pós-soviéticos a regimes desenvolvimentistas do Leste Asiático e estados de bem-estar social europeus -, mas não pode, em última análise, viver inteiramente sem ou fora deles. (Portanto, mais uma vez, o "lá fora" e o "aqui dentro" são constituídos conjuntamente - de forma inescapável). A compreensão dos efeitos dessas infecções e mutações "parasitárias" deve envolver o estudo do diagnóstico de muitos pacientes, e não apenas de alguns dos mais (ou menos) suscetíveis ao vírus da desregulamentação. Isso também exige uma compreensão das condições e pré-condições "ecológicas" (cf. JESSOP, 2000) que possibilitaram o surgimento e a disseminação dessas formas virais, seus locais preferidos de incubação, seu comportamento de "enxame", seus modos de reprodução e suas várias mutações.

### **O neoliberalismo em formações discrepantes**

Como uma presença discrepante, contraditória e mutável, encontrada em ampla gama de cenários político-econômicos, regimes de governança e formações sociais, o neoliberalismo não será definitivo. Em alguns aspectos, é mais apropriado definir o neoliberalismo - ou o processo de neoliberalização - por meio de suas contradições recorrentes e de sua realização desigual do que em referência a alguma suposta essência transcendental (ver PECK e ZHANG, no prelo). Em seu âmago contraditório, como processo contínuo de transformação regulatória, está a discrepância entre a visão utópica galvanizadora da liberdade por meio do mercado, canalizando discursivamente forças competitivas que estão longe de ser imaginárias, e as realidades prosaicas tanto da governança terrena quanto do fracasso endêmico da governança. Daí o abismo, agora bem compreendido, entre o neoliberalismo como ideologia, como um forte discurso de progresso do mercado, e o arranjo muito menos atraente do neoliberalismo realmente existente (BOURDIEU, 1998; BRENNER e THEODORE, 2002). Em termos abstratos, esse abismo

existe porque a visão de mundo neoliberal se baseia na compreensão fundamentalmente equivocada de que é possível, de alguma forma, "liberar" os mercados de suas várias amarras institucionais e emaranhados sociais, para desembaraçar e purificar a vida social como uma projeção da racionalidade utilitária (POLANYI, 1944). Na prática, o abismo existe porque os esquemas de reestruturação neoliberais, embora muitas vezes tenham consequências prejudiciais, sempre serão incompletos. Eles estão inevitavelmente associados a externalidades negativas e a consequências posteriores que provocam seus próprios contrafluxos, resistências, recalibrações, ajustes, mobilizações alternativas e, ocasionalmente, reviravoltas. E sua tendência a se exceder e transbordar (na ausência de um "freio" teórico sobre o que são programas contínuos de mercantilização, privatização, desapropriação, desregulamentação, mercantilização...) inadvertidamente provocará contrarreações de duplo movimento e de vários tipos. Entretanto, essas contrarreações podem ser regressivas ou progressivas; e podem impedir a neoliberalização ou permitir sua reprodução (não linear e adaptativa). Na prática, o percurso da neoliberalização quase nunca descreve um arco organizado de mercados regulados para mercados desregulamentados, ou de grandes governos para estados menores, mas é mais provável que resulte em uma infinidade de oscilações nos terrenos da regulamentação social.

A desordem desses resultados revelados não deve ser tomada ingenuamente como base para dispensar as teorias da neoliberalização; ao contrário, significa que elas são ainda mais necessárias e que são necessariamente contextuais. Mas, é claro, as teorias críticas da neoliberalização não devem ser confundidas com o que os curandeiros neoliberais decidem escrever em seus próprios frascos ("Cura milagrosa: encolha o Estado, aumente a economia, liberte as pessoas!"). A neoliberalização não pode ser reduzida a um processo unidirecional de implementação de um plano mestre elaborado por Hayek e seus amigos em seu resort nas montanhas de Mont Pelerin, cujos desvios são considerados variantes ou refutações da "teoria neoliberal". Também não se deve esperar que os processos de neoliberalização estejam trabalhando inexoravelmente em direção ao "destino" de uma formação institucional específica, ou que expressem uma lógica institucional incipientemente coerente (cf. WACQUANT, 2012). Em vez disso, o mapeamento dinâmico de formações inevitavelmente miscigenadas e de fluxos mutantes - ou seja, o rastreamento do desenvolvimento espacial desigual da neoliberalização entre os outros - é a chave para entender como o neoliberalismo tem se reproduzido, sistematicamente, por meio de

formações discrepantes (PECK, 2010; PECK e THEODORE, 2012b). Isso é difícil, se não impossível, na ausência de alguma apreciação da forma hegemônica distinta do neoliberalismo, como argumentou HALL (2011). Cahill também observa:

A doutrina neoliberal é melhor entendida como uma ideologia - uma doutrina que fornece apenas uma representação parcial do mundo e cujas deturpações mascaram processos materiais que beneficiam os interesses da classe dominante. Quando é entendida como uma ideologia, é possível formar um quadro mais claro das relações entre a doutrina neoliberal e as práticas que geralmente são rotuladas como "neoliberais. (2012, p. 177)

Cahill também observa três anomalias significativas (e recorrentes) na política neoliberal subsequente, em que a prática revelada diverge, repetidamente, do roteiro oficial: o "tamanho" agregado do Estado não foi reduzido significativamente desde a década de 1970; o escopo ou alcance do Estado foi ampliado em alguns domínios; e houve um amplo recurso a poderes coercitivos e autoritários. A maneira como ele aborda esse aparente paradoxo é polanyiana: "a discrepância entre a teoria e a prática neoliberal [reside] no fracasso da teoria neoliberal em reconhecer a natureza inerentemente socialmente incorporada da economia capitalista" (CAHILL, 2012, p. 115). As contradições, em outras palavras, fazem parte do pacote.

O fato de os experimentos neoliberais estarem todos inseridos de forma antagônica significa que eles só podem existir como formações instáveis e miscigenadas; na prática, não pode haver neoliberalismos de "raça pura". Portanto, as teorias críticas da neoliberalização devem ser propositalmente dirigidas à dinâmica contraditória entre a teoria e a prática neoliberal; nem análises puramente abstratas-ideacionais, nem puramente concretas-institucionais serão suficientes. A teoria neoliberal sempre será frustrada, mas, ao mesmo tempo, ela tem a capacidade (demonstrada) de inspirar, direcionar e priorizar programas de transformação socioeconômica e reestruturação do Estado; o efeito é invocar um destino utópico, mesmo que seja inatingível, como meio de sustentar uma direção transformadora nos esforços de reforma e reestruturação. (Na medida em que o neoliberalismo "funciona", como um programa ideológico frontal, esse parece ser seu modus operandi). A prática neoliberal necessariamente diverge dessa mesma teoria (falha), mas não existe meramente "a reboque" do comando ideológico; os nostrums neoliberais têm sido perpetuamente ajustados, de forma estratégica, em diálogo com os caprichos da prática e

misturados com outros, mesmo que continuem a ressoar em uma certa matriz de compromissos idealizados. As contradições, mais uma vez, fazem parte do pacote.

Com base nisso é possível corroborar a alegação de HILGERS (2012, p. 81) de que o neoliberalismo "nunca pode ser entendido em uma separação radical das configurações históricas", mesmo questionando sua alegação anterior de que é somente quando o neoliberalismo entra em contato com o solo, em formações específicas fundamentadas, que ele se torna propriamente objeto de investigação antropológica (HILGERS, 2011). Como COLLIER (2012, p. 194) rebateu, não é somente um erro autolimitado sequestrar a prática etnográfica dessa forma, como também não há "nenhuma razão para que uma investigação antropológica do neoliberalismo como movimento original de pensamento (...) que não possa ser vinculada a programas de políticas, a canais translocais de circulação esculpido por instituições poderosas ou especialistas peripatéticos, [e] a padrões de adoção e adaptação em vários países e setores", mesmo que essas preocupações extralocais não tenham sido de suma importância no campo até o momento. Não é que o neoliberalismo se torne sociologicamente complexo apenas em ambientes fundamentados, locais e vividos, enquanto seus princípios fundamentais e lógicas globais podem ser de alguma forma isolados como um reino automatizado de leis econômicas rígidas e princípios filosóficos fixos. Há necessidade de análises não menos situadas e sociológicas das origens, dos princípios e dos imperativos do neoliberalismo - antes, "acima", fora e além dessa ou daquela configuração "local", do neoliberalismo realmente existente, do conjunto híbrido etc. - e, embora COLLIER (2012, p.194), por sua vez, seja cético quanto ao fato de que isso seja "conciliável" com relatos mais estruturais do neoliberalismo, descartar o que poderia ser uma conversa frutífera parece outra forma de sequestro (cf. MIROWSKI e PLEHWE, 2009; PECK, 2010). Se os estudos locais excepcionalistas do neoliberalismo híbrido forem realmente incompatíveis com as compreensões do fenômeno e do processo em termos de situações cruzadas e mais do que locais, ou se esses estudos só puderem ser posicionados a uma distância irônica (ou em tensão não dialética com) dos entendimentos processuais, então talvez eles estejam usando a terminologia errada?

Os paradigmas do "modelo" de neoliberalismo foram corretamente questionados por analistas estruturais e não estruturais (ver BRENNER et al., 2010; PECK et al., no prelo). Segue-se que a problemática da neoliberalização nunca é "tão simples quanto alinhar uma lista de atributos do neoliberalismo, como privatização, desregulamentação e o Estado

limitado, e mostrar se eles correspondem ou não à atual "realidade institucional" de Estado" (DEAN, 2012, p. 75). Como um programa contínuo e, de certa forma, revolucionário de transformação macrossocial e macroinstitucional, a neoliberalização age sobre e por meio dessas paisagens institucionais; não se trata de um neoliberalismo estático, uma categoria classificatória que pode ser claramente determinada como sendo mais ou menos compatível com diferentes formas estatais ou sociais. Portanto, teorizar mais ou menos exclusivamente no domínio de formas sociais ou estatais concretas, ou no domínio de conjuntos híbridos, só pode gerar explicações parciais. De fato, pode ser sábio atender à injunção foucaultiana de que não se deve presumir que o neoliberalismo exiba unidade ou coerência como doutrina governamental e programa político; no entanto, uma presunção reflexiva de incoerência desarticulada dificilmente se sustenta como axioma metodológico significativo. Como Dean refletiu recentemente,

a limitação mais significativa da abordagem da governamentalidade inicial ao neoliberalismo é o próprio conceito de "liberalismo avançado". Os historiadores intelectuais estabeleceram que o neoliberalismo pode ser considerado um coletivo de pensamento com um caráter frontal e, de fato, um movimento social e político. A importância duradoura desse movimento e o grau de sua coerência como movimento é algo que é sistematicamente subestimado quando se aborda o "liberalismo avançado" como simplesmente um "conjunto" diversificado e eventual de técnicas e racionalidades que, na melhor das hipóteses, têm uma "semelhança familiar". (2012, p. 79)

Em paralelo, há um risco nas abordagens que priorizam efetivamente os desvios de uma suposta norma global (neoliberal), concentrando-se em formas híbridas ostensivamente mais distantes, enquanto permanecem profundamente ambivalentes (ou até mesmo antagônicas) às concepções político-econômicas do neoliberalismo. Essas abordagens correm o risco de miopia metodológica se desprezarem ou não enxergarem os padrões locais cruzados, as estratégias recorrentes, as restrições, os incentivos e as disciplinas extralocais - simplesmente agrupando-os na indefensável categoria de concepções "monolíticas" do neoliberalismo (cf. PECK e TICKELL, 2012). O risco que eles correm é o de subestimar sistematicamente o caráter frontal e programático da ofensiva neoliberal, reduzindo-a a menos do que a soma de suas partes. Isso, como George W. Bush poderia ter dito, seria "subestimar erroneamente" o neoliberalismo.

Afinal de contas, apesar de todas as suas conquistas mistas na prática, o domínio hegemônico da ideologia neoliberal continua a se manifestar na forma de uma pressão política implacável por modos de governança voluntaristas e orientados para o mercado, com base nos princípios de responsabilidade delegada e terceirizada, juntamente com um espaço

de solução regulatória delimitado. (É assim que o neoliberalismo enquadra, coloca entre parênteses e restringe preventivamente o campo do politicamente visível e tratável). Assim, as invocações de neoliberalização (dinâmica) e não do neoliberalismo (estático) representam mais do que sofismas analíticos; ao contrário, elas buscam capturar o caráter subjacente desse processo transformador, como uma forma "direcional" e não "predestinada" da economia política liberal-capitalista. (Essa é uma das razões pelas quais a metáfora gramsciana da frente hegemônica parece apropriada nesse contexto). Isso também pode ajudar a explicar o estado de espírito ou o temperamento do reformador neoliberal - incessantemente frustrado, impaciente, vendo retrocessos (potenciais) a cada passo e intervencionistas socialistas embaixo de cada cama e, como resultado, sempre (re)apontando obstáculos e oponentes ao programa contínuo de transformação orientada para o mercado. A história pode acabar julgando o neoliberalismo, como resultado, como mais eficaz em desmantelar e desativar formações sociais estranhas e contestadoras (como provisões coletivas, sistemas de redistribuição social, regimes de planejamento) do que em sustentar efetivamente sua Jerusalém autoidentificada de liberdades de mercado. Negado o seu destino utópico, os caminhos da neoliberalização invariavelmente descrevem um curso vago e repleto de crises, marcadamente distante das formações sociais anteriores, como o estado desenvolvimentista ou o estado de bem-estar social keynesiano, mas dificilmente descrevendo uma linha reta para o nirvana neoliberal. Daí a importância da descrição de Hayek do neoliberalismo como um "credo flexível" e a reclamação recorrente de Milton Friedman de que o tamanho agregado do governo tem sido extremamente difícil, historicamente falando, de diminuir. Em virtude da indisponibilidade radical do sonho fatídico de uma sociedade de Estado zero, de desregulamentação absoluta e liberdade de mercado imaculada, os reformadores neoliberais estão condenados a viver nos purgatórios da governança. Sua filosofia orientadora fornece uma estrutura para ação nessas circunstâncias (e é por isso que eles repetem muitos dos mesmos erros), mas oferece poucas (ou nenhuma) soluções sustentáveis.

Esse é o principal motivo da bagunça e da incompletude das trajetórias de reestruturação neoliberal. E isso também explica o fato de que o neoliberalismo nunca esteve associado a um repertório fixo de políticas ou a um núcleo de tendências institucionais, mas, em vez disso, improvisa dentro de parâmetros ideológicos e fiscais, recorrendo rotineiramente à experimentação, ao oportunismo e à tentativa por meio de erros

dispendiosos - embora no contexto amplo de um padrão de seletividade socio-regulatória que favorece estratégias baseadas e semelhantes ao mercado, juntamente com uma permissão para estados corporativos de exceção. Assim, com o passar do tempo, a estratégia de privatização pura e simples se transformou em uma miríade de arranjos obscuros, como parcerias público-privadas; o monetarismo estrito foi sucedido por metas de inflação e vigilância fiscal; as exortações aos pobres, aos desempregados e a outras vítimas culpadas deram lugar a uma ênfase positiva na construção de capital humano e social, até mesmo no empoderamento da comunidade; a infame e contundente frase de Thatcher "não existe sociedade" se transformou na retórica de fumaça e espelhos da Grande Sociedade de David Cameron. Alguns podem ver isso como um abrandamento da versão dura do neoliberalismo da década de 1980, ou a integração do projeto político que o acompanha. Pode até existir alguma verdade nesses argumentos, mas eles também chamam a atenção para as maneiras pelas quais o projeto do neoliberalismo continua a evoluir, tanto como estratégia de governo quanto como pacote de políticas. Isso aconteceu como resultado das próprias limitações e pontos cegos (como a tendência ao excesso especulativo e a indiferença em relação às externalidades sociais) e como resposta às crises, muitas vezes criadas por ele mesmo. Isso também reflete uma propensão em contornar, minar seletivamente e direcionar taticamente os focos de oposição e resistência.

Há tempos que a esquerda tem como princípio de fé que o neoliberalismo acabaria sucumbindo às suas próprias contradições (PECK e TICKELL, 1994; ALBO, 2007). O crash de Wall Street e suas consequências podem ter finalmente acabado com esse mito, com a expectativa de que o fenômeno arraigado e polimórfico do neoliberalismo pudesse, de alguma forma, ainda ser vulnerável a alguma "falha total do sistema" (PECK et al., 2010). Ainda que houvesse certa justiça poética no fato de a crise final do neoliberalismo ter sido incubada na cidade de Nova York, um final não muito auspicioso para a doutrina de livre mercado do neoliberalismo e sua cultura de desregulamentação, esse tipo de evento singular e terminal pode ser cada vez mais improvável. Os fracassos locais - mesmo os "grandes" - continuarão a movimentar o cenário da neoliberalização, assim como, as adaptações localizadas nesses e em outros locais, ao menos por enquanto. Em termos analíticos, os estudos de caso em um único local, seja de caráter afirmativo ou dissidente, não conseguem captar adequadamente o que é um processo de reprodução relacional em múltiplos locais.

O crash de Wall Street e suas discretas consequências também podem representar um corretivo explanatório para um certo tipo de leitura estrutural exagerada sobre o neoliberalismo, que subestima a adaptabilidade plural do projeto, especialmente a capacidade de improvisar correções regulatórias temporárias, soluções alternativas, mediações, deslocamentos, adiamentos - para manter, de várias formas, um impulso direcional mesmo diante de obstáculos significativos, falhas em série e formas esporádicas de resistência. Da mesma forma, a obstinação do neoliberalismo, sua capacidade demonstrada de surfar em sucessivas ondas de crise e o padrão inconfundível das respostas regulatórias à Grande Recessão representam um desafio explanatório para aqueles que prefeririam eliminar completamente o conceito de neoliberalismo. Recusar-se a usar a palavra, mesmo sem o N maiúsculo, não fará com que essas condições desapareçam. O que fazer, então, se o neoliberalismo for de fato "mais uma vez o paradigma político dominante, ou melhor, evidente" (KALB, 2012, p. 320)?

### **Neoliberalismo dentro/fora**

Talvez, a incômoda realidade seja a dificuldade em viver com ou sem conceitos macrológicos como o de neoliberalização (ver CLARKE, 2008). Por um lado, a aparente promiscuidade do conceito e sua pronta disponibilidade como fonte plausível de causalidade derradeira significam que ele está prontamente propenso a se inflar em uma categoria abrangente e contundente. Por outro lado, descartar o neoliberalismo (ou o Neoliberalismo) como uma fantasia estruturalista ou uma tolice regulacionista e, em vez disso, recorrer às análises "excepcionalistas" deliberadamente desvinculadas da apreciação de restrições e incentivos em macroescala, forças extralocais, formações hegemônicas, regras translocais do jogo, conexões entre casos, semelhanças familiares e assim por diante, é privilegiar formas de explicação localistas-particularistas em detrimento das relacionais-conjunturais. O que COLLIER (2012, p. 186) apresenta como escolha entre uma leitura mais hierárquica, no estilo da economia política, do neoliberalismo como "macroestrutura ou pano de fundo explanatório" e abordagens mais rasas, mais pós-estruturalistas e horizontalistas do "neoliberalismo como se fosse do mesmo tamanho que outras coisas", não é uma escolha passível de reconciliação em qualquer síntese feliz e sem atritos. Há tensões reais entre os diferentes entendimentos ontológicos e epistemológicos do neoliberalismo, mas isso não

significa que não haja espaço para o diálogo (veja KING FISHER e MASKOVSKY, 2008a; FAIRBANKS, 2012).

Neste contexto, a contribuição potencial das abordagens variegadas de neoliberalização reside em uma sobreposição de preocupações sobre "como o neoliberalismo é especificado em um cenário variegado de formas institucionais, econômicas e políticas" (BRENNER et al., 2010; COLLIER, 2012, p. 191; PECK e THEODORE, 2012b). De acordo com os conceitos sintetizados na Figura 1, isso significa adotar uma concepção de neoliberalismo baseada em princípios gemelares de relacionalidade e conectividade. As abordagens relacionais podem ser diferenciadas das gradacionais pelo fato de chamarem a atenção para a constituição mútua e a interpenetração qualitativa dos neoliberalismos "locais", em vez de traçar distinções mais/menos de tipo quantitativo entre supostos "graus" de neoliberalização ou medir distâncias próximas/distantes em relação a algum "coração" imaginado. E as abordagens que enfatizam a conectividade (global) em detrimento da excepcionalidade (local) também problematizam os vínculos, as interconexões e os padrões mais do que locais revelados pelos processos de neoliberalização; elas trabalham entre tratamentos internalistas do neoliberalismo (como uma característica de, digamos, instituições específicas ou regimes políticos territorializados) e concepções externalistas da hegemonia global, em vez de problematizar o que poderia ser chamado de relações internas/externas.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, COLLIER (2012, p. 191) reconhece-se que o neoliberalismo "é um conceito do qual não podemos prescindir" e, portanto, que a operacionalização dele deve implicar parâmetros de definição; enquanto a posição de que "o neoliberalismo pode ser qualquer coisa" é manifestamente indefensável, desconfiado das tendências inflacionistas, COLLIER está igualmente preocupado com o fato de que as concepções expansionistas podem se tornar teorias do "tudo" indiscriminadamente.

**Figura 1: Entre o neoliberalismo como excepcionalidade e o neoliberalismo interno/externo**

	Neoliberalismo Gradativo	Neoliberalismo Relacional
Excepcionalidade Localizada	Neoliberalismo Atenuado: exceções locais, definidas em contraste com a regra de mercado normalizada e naturalizada; amostragem na contingência; ótica interna: diferença sem padrão definida contra uma norma monolítica	Variedades de neoliberalismo: múltiplas formas de regra de mercado; diferença "herdada" através de forte dependência de trajetória, fracas semelhanças familiares
Conectividade Globalizante	Neoliberalismos Híbridos: intensidades variáveis de regra de mercado profunda versus superficial, fracamente articuladas por fluxos e vetores globalizantes	Neoliberalização Variada: polimórfica; interdependência mútua e multiescalar de formações locais, profundamente articuladas "horizontalmente" e hierarquicamente; ótica interna/externa: diferença padronizada em uma paisagem em movimento e desigualmente desenvolvida

Essas admoestações são sensatas (se não consensuais). Ainda que representem apenas um primeiro passo em direção à operacionalização metodológica, as proposições (ainda) precisam ser declaradas, o que por si só é revelador. Quando o ponto de partida minimalista indica que o neoliberalismo nunca é tudo - seja "dentro" de uma determinada formação social, regime de governança ou espaço territorial, seja no âmbito das relações extralocais -, torna-se imperativo que o neoliberalismo seja, inevitavelmente e em todas as situações, localizado entre os outros. Mesmo quando o neoliberalismo é comprovadamente hegemônico, ele nunca é a história completa, nunca é a única presença causal; ele nunca age sozinho. Além disso, o conflito, os movimentos duplos, a resistência e as alternativas estão sempre presentes. Embora se possa argumentar que o neoliberalismo possui uma lógica expansionista inerente (uma vez que visa ativamente novos espaços e frentes para a mercantilização, ao mesmo tempo em que desencadeia imposições desregulatórias de limites frouxos), o status de monopólio 100% é impossível, mesmo em teoria. E isso não é apenas uma questão de "diferenças locais". Mesmo globalmente, o neoliberalismo existe entre outras forças e condições. Com relação ao que KALB (2012, p. 319) chama sem remorso de "as questões jumbo de capitalismo global", por exemplo, as questões-chave interconectadas da transformação global, como a financeirização do capitalismo ocidental, a inserção da China, em particular, na linha de montagem capitalista global, a triplicação do proletariado mundial desde 1989, incluindo as urbanizações, migrações e pressões competitivas associadas, e o eclipse contínuo da hegemonia ocidental, não podem ser explicadas ou

reduzidas a um paradigma de política reinante ou mesmo a um cálculo estatal chamado "neoliberalismo", embora estejam multiplamente emaranhadas com esse cálculo e paradigma.

A constatação de que essas condições globais foram, em parte, possibilitadas por rodadas anteriores de neoliberalização (como a desconstrução seletiva de "barreiras" aos fluxos de comércio, capital e mão de obra) e que elas também estabelecem condições para o aprofundamento da regulamentação neoliberal (por exemplo, em termos de exacerbação da concorrência interjurisdicional, induzindo posturas mais "empreendedoras" por parte dos atores locais, além da pressão para a redução de impostos, salários e custos, o que, por sua vez, redobra as pressões para respostas empreendedoras e ajustes competitivos), claramente não significa que todos esses fenômenos devam ser reunidos em uma noção abrangente de Neoliberalismo Global, e nesse ponto cessa a busca por explicações. O grito indiscriminado de que "o neoliberalismo foi o culpado" pertence à mesma família das antigas acusações de "eu culpo Thatcher"; quem fez o quê, para quem, onde e como deve ser especificado em termos sociais, econômicos e institucionais. No âmbito global ou extralocal, isso significa identificar as tendências neoliberalizantes (mais uma vez, entre outras) em ambientes, circuitos e campos específicos - como culturas de tomada de decisão em agências multilaterais; canais das políticas de aprendizagem e de mobilidade; as regras dos regimes regulatórios de investimento, comércio e finanças; as operações de comunidades epistêmicas e redes tecnocráticas; a governança à distância por meio de instrumentos financeiros, sistemas de indexação e de benchmarking, construção de modelos e emulação de melhores práticas; e assim por diante. O neoliberalismo tem diferentes valências, registros, capacidades e contradições nesses (e em outros) campos, circuitos e ambientes; eles não são todos componentes que se encaixam perfeitamente em um modelo global singular. Conseqüentemente, o trabalho empírico teoricamente fundamentado e informativo sobre essas questões é essencial para o refinamento e até mesmo de entendimentos relativamente abstratos sobre a neoliberalização, que não podem ser deduzidos unilateralmente a partir de teorias fundantes ou de textos germinais.

Da mesma forma, o neoliberalismo também será encontrado em meio a outros nas formações territoriais locais ou nacionais. Ele pode ocupar uma posição dominante ou subordinada nessas formações, e mesmo sob condições de dominância, a forma qualitativa do processo provavelmente mudará, evoluirá, se transformará - como, por exemplo, nas

análises sucessivas de Stuart HALL (1988, 2003, 2011) sobre a neoliberalização cumulativa por meio dos regimes de Thatcher, Blair e Cameron. E como ainda há outras formas (e contracorrentes) de neoliberalização, mesmo onde ela é dominante, as análises conjunturais adequadas devem levar em conta não apenas as relações e características internas, mas também as conexões e contradições externas. Isso não pode ser reduzido a uma escolha binária entre situações em que o neoliberalismo é supostamente "excepcional" e aquelas em que ele é supostamente normal e não excepcional, pois isso implicitamente naturaliza o neoliberalismo em alguns cenários, ao mesmo tempo em que antecipa questões acerca de sua contextualização e trajetória em outros (consulte BRENNER et al., 2010). Da mesma forma, todas as neoliberalizações "locais" existem em um campo global relacional, não como ilhas. Nenhuma é totalmente isolada, assim como nenhuma deve ser reduzida a meras reverberações de uma lógica global:

[N]eoliberalismos não são apenas instâncias localmente variegadas de ideias globais, mas realidades plenamente vividas nas quais as pessoas e os estados têm suas próprias teorias e elaboram seus próprios discursos e críticas sobre os mundos em que habitam e as maneiras pelas quais eles devem ser organizados. O(s) "neoliberalismo(s) realmente existente(s)" são mais do que manifestações locais curiosas de normas globais. (GOLDSTEIN, 2012, p. 305).

Entretanto, como mostra claramente o trabalho de Goldstein na Bolívia depois de Morales, as estratégias (anti)neoliberais também nunca são escolhidas livremente. Embora a plataforma de Morales e os principais elementos de seu programa de governo tenham sido (pronunciados como) contrários ao neoliberalismo, em outros lugares isso foi comprometido pela forma como sua administração foi "envolvida nos negócios complicados do capitalismo global", sem mencionar os caprichos da política interna (WEBBER, 2011; GOLDSTEIN, 2012, p. 307). A questão aqui é julgar essas configurações em seus próprios termos e em relação às outras, próximas e distantes, e não compará-las a um parâmetro singular imaginado de neoliberalismo absoluto (que não existe, nem poderia existir, em lugar algum), contra alguma evocação supostamente cristalina de sua lógica (seja ela lida a partir da lista de mandamentos da política de Consenso de Washington, de Textos de Ur, como o "O Caminho para a Servidão", ou da transcrição secreta das reuniões da Sociedade Mont Pèlerin), ou contra as transições supostamente paradigmáticas ou pioneiras (como as do Chile, da Nova Zelândia ou do Reino Unido). É metodologicamente axiomático que o neoliberalismo variegado só pode ser totalmente compreendido em locais, textos,

instituições e assim por diante, em vez de ser teorizado (como desvios de) um centro privilegiado, uma forma final ou uma teoria pura, como quer que isso possa ser definido (PECK e THEODORE, 2012b; PECK e TICKELL, 2012). Como um padrão de regulação social especialmente propenso a crises, o neoliberalismo pode ser considerado um tanto desviante onde quer que seja encontrado.

É claro que isso não significa simplesmente (re)adotar um estilo irrefletido de centrismo neoliberal. É preciso estratégias metodológicas que se situem em algum lugar entre os estudos minuciosamente detalhados sobre neoliberalizações locais, que são caracteristicamente leves em relação aos referentes extralocais ou que invocam o conceito apenas de forma ambivalente, e, por outro lado, os relatos abrangentes sobre a hegemonia neoliberal que são amplamente abstraídos de qualquer tipo de especificidade social ou textual e que encobrem o desenvolvimento desigual e o hibridismo contraditório. Operar entre (no meio e por entre) esses polos metodológicos envolve virar o neoliberalismo, como um processo do mundo real, de dentro para fora ( interno/externo). Não há um abracadabra metodológico prontamente disponível aqui; de fato, é preciso uma pluralidade de estratégias em vez de uma solução única. Mas alguns dos fundamentos bem estabelecidos para a seleção (estendida) de casos (BURAWOY, 2011; PECK e THEODORE, 2012a) parecem apropriados nesse contexto: selecionar e teorizar casos em uma relação ortogonal ou incômoda com as concepções explicativas emergentes, a fim de interrogar e reconstruir essas concepções. Isso significa posicionar os casos locais em termos relacionais e conjunturais, em vez de em um domínio de tipicidade ou exceção. Significa esforçar-se para estabelecer conexões entre a parte e o todo, reconhecendo que esse fenômeno mais do que a soma das partes só existe por força das suas partes. Significa descobrir as constituições locais das forças globais, em vez de recorrer a modelos de "impacto" de cima para baixo. E significa tornar as visões em transformação sobre a neoliberalização como problematizações teóricas em seu próprio mérito (em vez de colocá-las à sombra da convergência presumida), sondando os centros de poder e os flancos vulneráveis, mapeando as espacialidades do consentimento e do conflito e traçando interdependências por meio de hierarquias e redes. Nesse contexto, o funcionamento do neoliberalismo como matriz operacional, como modalidade de hegemonia regulatória sempre em (re)funcionamento, não residiria, inquestionavelmente, como um artigo de fé crítica, mas se tornaria novamente um objeto de interrogação sustentada, reflexiva e dialética.

Sob esse aspecto, pode haver espaço para diferentes tipos de conversa entre as abordagens da neoliberalização variegada enraizada na geografia econômica e política e nos estudos mais contextualizados sobre o neoliberalismo encontrados em algumas vertentes dos trabalhos acadêmicos foucaultianos e pós-estruturais. Em termos bem diferentes, uma conversa paralela também pode surgir entre os analistas do neoliberalismo como um fenômeno ideológico e/ou macroinstitucional, e aqueles que, por outro lado, estão mais preocupados com suas formas mais granuladas, fundamentadas e provisórias, geralmente descobertas de forma etnográfica ou por meio de intensivos estudos de caso. Preocupado em dismantelar modelos de neoliberalismo em escala jumbo, similares a gabaritos, COLLIER não obstante reconhece que, “como termo analítico, o neoliberalismo estabelece interconexões conceituais significativas entre uma série de experiências históricas e problemas contemporâneos de uma forma que é essencial; metodologicamente falando, precisamos dele” (2011, p. 247).

Para COLLIER, a realidade empírica de manifestações sociais e geográficas, evidentemente diversas, do neoliberalismo e seus congêneres não é uma razão para abandonar completamente o conceito, mas um convite para refiná-lo rigorosamente. O "significado do neoliberalismo", escreve ele, "deve ser buscado, pelo menos em parte, nas experiências díspares em que os estilos neoliberais de raciocínio, os mecanismos de intervenção e as técnicas desempenharam um papel significativo na configuração das formas de governo"; onde há um problema, compreensivelmente, é com aquelas análises que, para lembrar a objeção foucaultiana, não "pagam o preço total" de estabelecer as interconexões e os pontos comuns aos quais suas definições implicitamente aderem (COLLIER, 2011, p. 12). Com toda razão. Mas também há um preço a ser pago pelas invocações do neoliberalismo que são apenas locais, que são distanciadas e separadas de domínios, referências e espaços extralocais de circulação reprodutiva. As manifestações "internas" das lógicas neoliberais - um programa de privatização na Macedônia, por exemplo, ou uma iniciativa de bem-estar tradicional na Indonésia - são localmente incorporadas e constitutivamente contextuais, com certeza, mas não devem ser destituídas de suas constitutivas externas, como as "famílias de reforma" realmente existentes e imaginadas às quais pertencem, como parentes próximos ou distantes de outros projetos, experimentos e modelos anteriores. Isso ressalta a necessidade de uma preocupação contínua com os infortúnios familiares do neoliberalismo.

**Conclusão: superando o neoliberalismo**

Afirmar que o neoliberalismo ainda está conosco não é o mesmo que dizer que essa é uma condição permanente ou que o neoliberalismo é sempre, transcendentemente, o mesmo. Essa é uma das razões pelas quais a simples invocação do neoliberalismo como explicação universal e abrangente para a situação contemporânea nunca será suficiente. Citar o processo de neoliberalização não deve ser um substituto para a explicação; deve ser uma ocasião para explicá-lo, envolvendo a definição de mecanismos causais específicos, modos de intervenção, formações híbridas, formas sociais e fraquezas, contra-mobilizações e assim por diante. Pode-se dizer que o conceito de fato define um espaço problemático e uma zona de (possível) pertinência e, como tal, representa o início de um processo de análise. Mas é aqui que a tarefa de escavar formas contextuais e fluxos conectivos realmente começa; é aqui que os analistas realmente precisam "pagar o preço total" por invocar esse conceito mais do que local.

Se "foi o neoliberalismo" nunca deve ser uma folha de figueira para explicações preventivas, tampouco as invocações do neoliberalismo devem ser um prelúdio para o fatalismo analítico (ou mesmo político) sem limites, do tipo "estamos todos condenados ao domínio infinito do mercado". Como uma totalização constantemente frustrada, o círculo neoliberal nunca é quadrado. Até mesmo as hegemonias têm seus lados externos ou alternativos; sua construção é um processo contínuo e contraditório, não uma condição fixa. Os céticos em relação à utilidade do conceito de neoliberalismo queixam-se, às vezes, de que sua aplicação, até mesmo a simples menção do nome, de alguma forma joga gasolina nas chamas e, ao mesmo tempo, deprecia as alternativas, tanto reais quanto potenciais. Evidentemente, parte desse ceticismo decorre de uma preocupação mais profunda com todas as formas de explicação que invocam racionalidades estruturais, grandes processos e forças hegemônicas, mas muitas vezes elas são estereotipadas como formas mecanicistas de teorização de modelos, e não pelo que realmente são. As abordagens baseadas em processos para a neoliberalização, de fato, trabalham explicitamente com e por meio das diferenças, problematizando a (re)produção dessas diferenças, e não são menos atentas às contradições e aos limites do neoliberalismo, tanto na teoria quanto na prática. Essas abordagens não exigem a rejeição automática ou preventiva de alternativas não neoliberais ou de trajetórias pós-neoliberais, mas exigem que esses desenvolvimentos (emergentes) sejam compreendidos, de qualquer forma, no contexto atual, em relação aos campos de poder

hegemonicamente neoliberalizados e seus domínios associados de prática transformadora. Portanto, é provável que sejam levantadas questões de pesquisa sobre projeções unilaterais de modelos alternativos enclavistas, caso a defesa desses modelos seja desvinculada de uma avaliação dos desafios de aumentar a escala ou de criar redes. As "alternativas" também devem ser analisadas de forma relacional, e não em um isolamento utópico (consulte PECK, no prelo).

Confrontar o neoliberalismo, nesse contexto, não precisa significar fazer uma genuflexão diante do altar das regras ilimitadas do mercado (ver LEITNER et al., 2007b). A aplicação dos princípios da relacionalidade "até o fim" (ou até uma saída), no entanto, exige uma compreensão das maneiras pelas quais as formas hegemônicas de neoliberalização habitam e, tendencialmente, refazem o campo da diferença. Atualmente, há poucas linhas claras entre o neoliberalismo e seus congêneres, independentemente de serem progressistas ou conservadores, liberais ou autoritários. Portanto, não é aconselhável codificar o mundo "além" do neoliberalismo em termos gerais, como um espaço de alternativas de alguma forma intocadas ou como uma zona generalizada de resistência. Duas condições da existência contraditória do neoliberalismo - sua aparente facilidade de sobrevivência com mudanças de forma e o fato de que sua conquista mais marcante e duradoura, talvez, tenha sido a incapacidade de criar bases para a oposição ideológica - sugerem que seja menos provável que ele encontre seu fim definitivo em alguma disputa épica e dialética entre um neoliberalismo musculoso no canto azul e uma resistência corajosa no vermelho. É provável que as contradições do neoliberalismo ainda consigam vencer no final, mas esse fim pode muito bem ser demorado - talvez um final em que o complexo de projetos e programas neoliberais acabe se esgotando e, aos poucos, seja superado ou ultrapassado. Enquanto isso, se não houver expectativa de um fracasso em grande escala do governo neoliberal, o que atualmente é chamado de alternativa terá de fazer mais (até mesmo) do que se manter em enclaves locais; terá de reivindicar o território inimigo e, ao mesmo tempo, reescrever as regras de redistribuição, reciprocidade e competição extralocais.

O otimismo pode e deve ser reabastecido pelas diversas alternativas, utopias reais e contraprojetos ao neoliberalismo, muitos dos quais podem ser encontrados em escala local, mas o pessimismo do intelecto também deve advertir que o "tribunal econômico permanente" do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008) continua a exibir uma capacidade de restringir, conter e cooptar os mais progressistas, especialmente quando eles desafiam os

mandamentos do mercado financeirizado e corporativo (ver CROUCH, 2011). Ao mesmo tempo, o próprio neoliberalismo nunca é estático, mas como um credo flexível constantemente reanimado pela crise e pela contradição, está persistentemente gerando as próprias alternativas favoráveis ao mercado. Enquanto as regras neoliberais continuarem a prevalecer na escala das relações interlocais, as alternativas "locais" provavelmente continuarão sendo apenas isso, locais. (De fato, isso pode fornecer uma pista sobre o motivo pelo qual elas são locais, em primeiro lugar). A intensificação da capilaridade, da infraestrutura e do alcance normativo das regras de mercado em escala transnacional (MANN, 1984; SIMMONS et al., 2008) ameaça consolidar ainda mais, como um dos muitos resultados perversos da crise, a "compulsão monótona" das relações competitivas e a lógica perniciosa da subcotação regulatória.

Eliminar o conceito de neoliberalismo não acabará com as condições de sua existência ainda hegemônica; nem, por si só, tornará as alternativas mais viáveis. Em vez disso, é imperativo que o conjunto de alternativas - desde as reformistas até as radicais - seja posicionado de forma relacional em termos ideacionais, ideológicos e institucionais. Não se trata, portanto, de um apelo a uma perspectiva implacavelmente "neoliberalocêntrica", pois é indiscutivelmente mais importante do que nunca garantir que o alcance e a ambição dos esforços críticos - metodológicos, teóricos e políticos - se estendam por todo o campo da diferença socioeconômica, uma tarefa na qual as formas polanyianas de socioeconomia comparativa, por exemplo, podem ter papéis construtivos a desempenhar (ver PECK, no prelo). Consistente com essa abordagem está a observação de que a necessária incompletude do programa neoliberal de reforma do livre mercado significa que ele deve sempre estar entre os demais, juntamente com o desconfortável fato de que seu destino final é inatingível. As alternativas existentes de fato (progressistas ou não) nunca serão completamente eliminadas. Os resíduos das formações sociais preexistentes nunca serão totalmente apagados ou inertes. Os movimentos duplos contra a extensão excessiva das regras de mercado não só continuarão, como também se espera que se intensifiquem, apresentando novos desafios, ao mesmo tempo em que abrem novos momentos para a ação social. As crises, em formas antigas e novas, se repetirão. Em termos realistas, é nesse terreno incerto e desigual que todas as formas de política pós-neoliberal terão de ser forjadas. E também há um trabalho analítico a ser feito, principalmente no campo interdisciplinar dos estudos críticos urbanos e regionais. Há muito a ganhar com a realização desse trabalho em todas as

tradições metodológicas e registros teóricos, bem como dentro delas, embora uma contribuição particularmente importante ainda deva ser feita pelo "arqueólogo etnográfico", como BURAWOY (2003, p. 251) o apelidou há algum tempo, "que busca experimentos locais, novas formas institucionais, utopias reais, se preferir, que as coloca em seu contexto, as traduz em uma linguagem comum e as relaciona umas com as outras em todo o mundo'.

### Agradecimentos

Agradeço a Catherine Kingfisher, Michael Flower e a dois pareceristas anônimos por seus comentários construtivos e investigativos em uma versão anterior deste artigo. Os argumentos aqui apresentados se beneficiaram de conversas constantes com Neil Brenner, Rob Fairbanks e Nik Theodore, e nos seminários Geography 560 na UBC. Entretanto, me responsabilizo integralmente pelo que se encontra neste artigo.

### Referências

- ALBO G. (2007) Neoliberalism and the discontented, in PANITCH L. and LEYS C. (Eds) *Global Flashpoints*, pp. 354–362. Merlin Press, London.
- BLYTH M. (2013) *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford University Press, New York.
- BOND P. (2009) *Realistic postneoliberalism*—a view from South Africa, *Development Dialogue* 51 (1), 193–211.
- BOURDIEU P. (1998) *Acts of Resistance*. Polity, Cambridge.
- BRENNER N. and THEODORE N. (2002) Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”, in BRENNER N. and THEODORE N. (Eds) *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*, pp. 2–32. Blackwell, Oxford.
- BRENNER N., PECK J. and THEODORE N. (2010) Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways, *Global Networks* 10(2), 1–41.
- BURAWOY M. (2003) For a sociological Marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi, *Politics and Society* 31(2), 193–261.
- BURAWOY M. (2011) *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition*. University of California Press, Berkeley.

CAHILL D. (2012) The embedded neoliberal economy, in CAHILL D., EDWARDS L. and STILWELL F. (Eds) *Neoliberalism: Beyond the Free Market*, pp. 110–127. Edward Elgar, Cheltenham.

CENTENO M. A. and COHEN J. N. (2012) The arc of neoliberalism, *Annual Review of Sociology* 38 (1), 317–340.

CHU Y. and SO A. Y. (2010) State neoliberalism: the Chinese road to capitalism, in CHU Y. (Ed.) *Chinese Capitalisms: Historical Emergence and Political Implications*, pp. 73–99. Palgrave Macmillan, Basingstoke.

CLARKE J. (2008) *Living with/in and without neo-liberalism*, *Focaal* 51(1), 135–147.

COLLIER S. J. (2011) *Post-Soviet Social: Neoliberalism, Social Modernity, Biopolitics*. Princeton University Press, Princeton.

COLLIER S. J. (2012) Neoliberalism as big Leviathan, or ...? A response to Wacquant and Hilgers, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(2), 186–195.

CROUCH C. (2011) *The Strange Non-death of Neoliberalism*. Polity, Cambridge.

DAVIS M. (2011) Spring confronts winter, *New Left Review* 72, 5–15.

DEAN M. (2012) Free economy, strong state, in CAHILL D., EDWARDS L. and STILWELL F. (Eds) *Neoliberalism: Beyond the Free Market*, pp. 69–89. Edward Elgar, Cheltenham.

ELLIOT L. (2011) Three years on, it's as if the crisis never happened, *The Guardian*, 30 May, 22.

FAIRBANKS R. P. (2012) On theory and method: critical ethnographic approaches to urban regulatory restructuring, *Urban Geography* 33(4), 545–565.

FERGUSON J. (2010) The uses of neoliberalism, *Antipode* 41(1), 166–184.

FOUCAULT M. (2008) *The Birth of Biopolitics*. Palgrave, Basingstoke.

GAMBLE A. (1988) *The Free Economy and the Strong State: The Politics of Thatcherism*. Macmillan, London.

GIBSON-GRAHAM J.-K. (2008) Diverse economies: performative practices for “other worlds”, *Progress in Human Geography* 32(5), 613–632.

GLEDHILL J. (2004) Neoliberalism, in NUGENT D. and VINCENT J. (Eds) *A Companion to the Anthropology of Politics*, pp. 332–348. Blackwell, Oxford.

GOLDSTEIN D. M. (2012) Decolonialising “actually existing neoliberalism”, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(3), 304–309.

HALL S. (1988) The toad in the garden: Thatcherism among the theorists, in NELSON C. and GROSSBERG L. (Eds) *Marxism and the Interpretation of Culture*, pp. 35–57. University of Illinois Press, Urbana, IL.

HALL S. (2003) *New Labour's double shuffle*, *Soundings* 24, 10–24.

HALL S. (2011) The neo-liberal revolution, *Cultural Studies* 25(6), 705–728.

HALL S. and JACQUES M. (Eds) (1989) *New Times*. Lawrence & Wishart, London.

HARRIS J. (2011) The world needs a new Marx, but it keeps creating Malcolm Gladwells, *The Guardian*, 8 June, 29.

HARVEY D. (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, Oxford.

HARVEY D. (2012) *Rebel Cities*. Verso, London.

HILGERS M. (2011) The three anthropological approaches to neoliberalism, *International Social Science Journal* 61(202), 351–364.

HILGERS M. (2012) The historicity of the neoliberal state, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(1), 80–94.

IEO-IMF [INDEPENDENT EVALUATION OFFICE OF THE INTERNATIONAL MONETARY FUND] (2011) *IMF Performance in the Run-Up to the Financial and Economic Crisis*. IEO-IMF, Washington, DC. JESSOP B. (2000) The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism, *International Journal of Urban and Regional Research* 24(2), 323–360.

JESSOP B. (2004) New Labour's doppelte Kehrtwende: Anmerkungen zu Stuart Hall und eine alternative Perspektiv zu New Labour, *Das Argument* 256, 494–504.

JESSOP B., BONNETT K., BROMLEY S. and LING T. (1988) *Thatcherism*. Polity, Cambridge.

JONES D. S. (2012) *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton University Press, Princeton.

KALB D. (2012) Thinking about neoliberalism as if the crisis was happening, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(3), 318–330.

KINGFISHER K. and MASKOVSKY J. (2008a) Introduction: the limits of neoliberalism, *Critique of Anthropology* 28(2), 115–126.

KINGFISHER K. and MASKOVSKY J. (Eds) (2008b) The limits of neoliberalism, *Critique of Anthropology* 28(2), 115–255.

- LARNER W. (2003) Neoliberalism?, *Environment and Planning D: Society and Space* 21(5), 509–512.
- LATOUR B. (2007) *Reassembling the Social*. Oxford University Press, New York.
- LEITNER H., SHEPPARD E. S., SZIARTO K. and MARINGANTI A. (2007a) Contesting urban futures: decentering neoliberalism, in LEITNER H., PECK J. and SHEPPARD E. S. (Eds) *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*, pp. 1–25. Guilford, New York.
- LEITNER H., PECK J. and SHEPPARD E. S. (2007b) Squaring up to neoliberalism, in LEITNER H., PECK J. and SHEPPARD E. S. (Eds) *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*, pp. 311–327. Guilford, New York.
- MANN M. (1984) The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results, *Archives Européennes de Sociologie* 25(2), 185–213.
- MIROWSKI P. and PLEHWE D. (Eds) (2009) *The Road from Mont Pèlerin*. Harvard University Press, Cambridge, MA.
- NONONI D. M. (2008) Is China becoming neoliberal? *Critique of Anthropology* 28(2), 145–176.
- ONG A. (2006) *Neoliberalism as Exception: Mutations of Citizenship and Sovereignty*. Duke University Press, Durham, NC.
- ONG A. (2007) Neoliberalism as a mobile technology, *Transactions of the Institute of British Geographers* 32(1), 3–8.
- PECK J. (2004) Geography and public policy: constructions of neoliberalism, *Progress in Human Geography* 28(3), 392–405.
- PECK J. (2009) Zombie-Neoliberalismus und der beidhändige Staat, *Das Argument* 282, 644–650.
- PECK J. (2010) *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford University Press, Oxford.
- PECK J. (2012) *Austerity urbanism: American cities under extreme economy*, *City* 16(6), 626–655.
- PECK J. (Forthcoming) For Polanyian economic geographies, *Environment and Planning A*.
- PECK J. and THEODORE N. (2012a) Follow the policy: a distended case approach, *Environment and Planning A* 44(1), 21–30.
- PECK J. and THEODORE N. (2012b) Reanimating neoliberalism: process geographies of neoliberalization, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(2), 177–185.

PECK J. and TICKELL A. (1994) Searching for a new institutional fix: the after-Fordist crisis and global-local disorder, in AMIN A. (Ed.) *Post-Fordism: A Reader*, pp. 280–316. Blackwell, Oxford.

PECK J. and TICKELL A. (2012) Apparitions of neoliberalism: revisiting “Jungle law breaks out”, *Area* 44(2), 245–249.

PECK J. and ZHANG J. (Forthcoming) A variety of capitalism ... with Chinese characteristics? *Journal of Economic Geography*, DOI: 10.1093/jeg/lbs058.

PECK J., THEODORE N. and BRENNER N. (2010) Postneoliberalism and its malcontents, *Antipode* 41(1), 94–116.

PECK J., THEODORE N. and BRENNER N. (Forthcoming) Neoliberal urbanism redux? *International Journal of Urban and Regional Research*.

PIVEN F. F. (1995) Is it global economics or neo-laissez-faire? *New Left Review* 213, 107–115.

POLANYI K. (1944) *The Great Transformation*. Beacon Press, Boston, MA.

SAAD-FILHO A. and JOHNSTON D. (Eds) (2005) *Neoliberalism: A Critical Reader*. Pluto Press, London.

SADER E. (2011) *The New Mole: Paths of the Latin American Left*. Verso, London.

SIMMONS B. A., DOBBIN F. and GARRETT G. (2008) Introduction: the diffusion of liberalization, in SIMMONS B. A., DOBBIN F. and GARRETT G. (Eds) *The Global Diffusion of Markets and Democracy*, pp. 1–63. Cambridge University Press, New York.

SKIDELSKY R. (Ed.) (1989) *Thatcherism*. Blackwell, Oxford.

TICKELL A. and PECK J. (2003) Making global rules: globalization or neoliberalization? in PECK J. and YEUNG H. W.-C. (Eds) *Remaking the Global Economy: Economic-Geographical Perspectives*, pp. 163–181. Sage, London.

TRETJAK K. and ABRELL E. (2011) Fracturing neoliberalism: ethnographic interventions, *New Proposals* 4(2), 29–32.

WACQUANT L. (2012) Three steps to a historical anthropology of existing neoliberalism, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* 20(1), 66–79.

WAINWRIGHT H. (2003) *Reclaim the State: Experiments in Popular Democracy*. Verso, London.

WEBBER J. R. (2011) *From Rebellion to Reform in Bolivia*. Haymarket Books, Chicago, IL.